

Agricultura e Sociedade^a

Agriculture and Society
La Agricultura y la Sociedad

Christian de Paul de Barchifontaine*

PRELIMINARES

Fome

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2008), 963 milhões de pessoas foram vítimas da fome no mundo em 2008, 40 milhões a mais que em 2007.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Art. 3 – Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 25 – Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar.

Direito à alimentação

Toda política agrícola ética deve ter como ponto de partida a obrigação imposta aos Estados e à comunidade internacional de garantir o direito à alimentação de todas as pessoas. As políticas agrícolas nacionais e internacionais devem, antes de tudo, garantir o acesso à alimentação, **uma alimentação sadia e segura**, correspondendo ao seu contexto cultural particular e aos conhecimentos científicos disponíveis (Ética dos desenvolvimentos modernos em tecnologias agrícolas – Comissão Europeia – Bruxelas, 17 de dezembro de 2008).

CONTROVÉRSIAS ÉTICAS – ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E ALIMENTOS

Difícilmente faz-se referência à importância da agricultura na sociedade!

Há alguns anos assistimos a debates sobre a oportunidade ou não de desenvolver “Organismos Geneticamente Modificados” na agricultura.

Os defensores dos OGM dizem que eles permitem melhorar a rentabilidade na agricultura, lutar contra a fome no mundo, e ao mesmo tempo proteger o meio ambiente. Eles não causariam perigo para a saúde e permitiriam progressos médicos. Esses argumentos impressionam, com certeza, mas fiquemos atentos: todos os progressos científicos não são necessariamente reais progressos para as pessoas e/ou para o meio ambiente.

Alguns temem: poluição genética favorecendo ao desenvolvimento de super ervas daninhas; a perda da biodiversidade; a aparição de efeitos imprevistos sobre a saúde humana; e a dependência dos agricultores frente a essas sementes e às multinacionais que as produzem e as comercializam.

Um dos argumentos comerciais dos fabricantes dessas sementes geneticamente modificadas é o combate contra a fome no mundo, que eles esperam superar graças a novas variedades ricas em nutrientes ou melhor adaptadas aos climas áridos.

É bom lembrar que é o mesmo tipo de argumento que serviu à comercialização dos pesticidas, dos insumos e que provocou a revolução verde com a mecanização dos campos, logo após a guerra 1940 – 1945, e isso com toda uma série de consequências nem sempre positivas, descobertas com o tempo.

E mais ainda, a realidade mostrou que os países mais pobres têm pouco acesso às novas tecnologias, sofisticadas demais e muitas vezes com alto custo. A história se repetirá talvez com a produção de OGM: sementes patenteadas que custam caro, que devem ser compradas cada ano e

a. Comunicação elaborada para ser apresentada no Simpósio Internacional de Bioética. Fórum “Controvérsia ética: os organismos geneticamente modificados são uma alternativa à crise de alimentos”, em 24 de agosto de 2009.

* Enfermeiro. Mestre em Administração Hospitalar e da Saúde. Doutorando em Enfermagem na Universidade Católica Portuguesa (UCP). Docente no Mestrado e Doutorado em Bioética do Centro Universitário São Camilo. Pesquisador do Núcleo de Bioética do Centro Universitário São Camilo. Reitor do Centro Universitário São Camilo, São Paulo, Brasil. E-mail: cpb@saocamilo-sp.br

com efeitos secundários ainda não dominados e nem conhecidos. Assim, os melhores OGM, se tiver, não teriam nenhuma utilidade para aqueles que seriam os principais destinatários.

A isso tudo, precisa ainda ser acrescentado o risco de contaminação de vegetais clássicos por cruzamento com OGM, o que coloca o problema de cohabitação com culturas clássicas e biológicas, sem esquecer os efeitos nefastos para a biodiversidade.

Num outro registro de reflexão, não podemos perder de vista os riscos de alergias, seja por ingestão seja por manipulação.

De toda evidência, a matéria é complexa, ela necessita, para ser amplamente dominada, conhecimentos científicos tanto em saúde humana como, em ecologia.

A incerteza científica não estando ausente dos debates, é bom lembrar a noção de “princípio de prudência” aparecido no fim dos anos 60. Os poderes públicos autorizaram a tomar todas “as medidas necessárias e razoáveis” para enfrentar os riscos eventuais, mesmo sem dispor dos conhecimentos científicos necessários para estabelecer a existência desses riscos.

No estado atual dos conhecimentos científicos, nada permite pensar que certos OGM são nefastos para a saúde e para o meio ambiente, mas podemos também afirmar com a mesma convicção que no estado atual dos conhecimentos científicos, nada permite pensar que certos OGM

colocados no mercado são absolutamente inofensivos para a saúde e para o meio ambiente.

Nesse contexto, a aplicação do “princípio de prudência” deve se traduzir, precisamos insistir, por uma única opção: a liberdade de escolha tanto para o agricultor como para o consumidor. O cidadão tem a escolha entre muitas opções para muitos produtos: carros, energia... mas, para a sua alimentação, estaria obrigado a consumir OGM!

No momento em que se desenvolve o “Ecofood”, seria particularmente frustrante! Esse conceito recente consiste em “comer de modo saudável”, com prazer, respeitando o planeta; uma nova arte de viver, compatível com a saúde e com o meio ambiente, o que seria particularmente inconveniente impedir!

Os problemas que rodeiam a agricultura se inscrevem no quadro da mundialização do comércio: a liberação dos mercados é, para alguns, uma “grande ideia”. Olhando de mais perto, teria efetivamente um sentido se todos os atores estivessem no mesmo pé! Essa mundialização teria realmente um sentido se todas as legislações em matéria social, ecológica e fiscal estivessem harmonizadas em nível mundial. Infelizmente, estamos bem longe desse patamar!

Lembre-mo-nos de que o primeiro remédio das pessoas é sua alimentação! De fato, o mais extraordinário dos médicos não poderá jamais salvar uma vida humana se faltar a alimentação.

Recebido em: 16 de fevereiro de 2010.

Aprovado em: 26 de março de 2010.